



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais para compor kits natalidade (enxoval de bebê) destinados à concessão do Benefício Eventual – Auxílio Natalidade às gestantes e famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, por meio do CRAS, em conformidade com a Lei Federal nº 8.742/1993 – LOAS, Lei Municipal nº 2.259/2017, que regulamenta o SUAS no âmbito municipal, e Resolução do CMAS referente aos benefícios eventuais, em atendimento a solicitação nº 171/2026 e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 51.855,70 (cinquenta e um mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Recebimento das propostas: até às **08:15h do dia 28.07.2026.**

Início da sessão de Disputa de Preços: **08:30h do dia 28.07.2026.**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: *Menor preço por lote*

MODO DE DISPUTA: *Aberto*

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: *Sim*

- **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, ART. 48, I, E NOS TERMOS DA LEI N. 123/06, ART. 3º, INCISOS I E II.**
- **AS EMPRESAS QUE NÃO FOREM/COMPROVAREM SER ENQUADRADAS ME, EPP OU MEI QUE PARTICIPAREM DA DISPUTA ESTARÃO SUJEITAS AS PENALIDADES LEGAIS.**
- **SERÁ ESTABELECIDO PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA EMPRESAS SEDIADAS LOCAL OU REGIÃO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 28/2023 – PROGRAMA MUNICIPAL PROSPECAP.**

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br - Código UASG: 987489 – Capitão Leônidas Marques – Pr e [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br/\(transparência/licitação\)](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br/(transparência/licitação)), ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail licitacaoclm@hotmail.com.

ATENÇÃO

- **PREVALECERÁ** a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.

- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 22 de junho de 2026.

Gean Carlos Barea Schneider
Pregoeiro



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

Sumário

1.	DO OBJETO	03
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	03 a 05
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	05 e 06
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	06
5.	ABERTURA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	06 a 09
6.	DA FASE DE JULGAMENTO	09
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	10 e 11
8.	DOS RECURSOS	11
9.	DA PROPOSTA AJUSTADA E ENVIO DE DOC. COMP. DE HABILITAÇÃO	11 e 12
10.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	12
11.	DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL	12
12.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	12
13.	DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	12 e 13
14.	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	13
15.	CONDIÇÕES PAGTO, REAJUSTE, REEQUILIBRIO, FORNECIMENTO E FISCALIZAÇÃO	13
16.	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	13
17.	CONDIÇÕES DE ASSINATURA, PRAZO/VIGENCIA/RESCISÃO CONTRATUAL	13
18.	DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO	13
19.	DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.....	14
20.	DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO	14
21.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	14 e 15
22.	TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I)	16 a 23
23.	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP (Apêndice do Anexo I)	24 a 30
24.	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (ANEXO II)	31
25.	DECLARAÇÕES UNIFICADAS (ANEXO III)	32
26.	DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO.....	33
27.	MINUTA DE CONTRATO (ANEXO V)	34 a 38



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

EDITAL

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2026

Processo Administrativo Nº 150/2026.

Solicitação Nº 171/2026.

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**, Estado do Paraná, através do Departamento de Licitações e Contratos, por intermédio do Pregoeiro designado pelo **Decreto nº 001 de 08.01.2026**, com sede Administrativa na Av. Tancredo Neves, 502, realizará licitação, na MODALIDADE PREGÃO, na FORMA ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 385 de 11 de dezembro de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Recebimento das propostas: até às **08:15h do dia 28.07.2026**.

Início da sessão de Disputa de Preços: **08:30h do dia 28.07.2026**.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 51.855,70 (cinquenta e um mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos).

Observação: Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização do Pregão na data acima marcada, a data de abertura da licitação será prorrogada no Comprasnet, sendo publicado o aviso de prorrogação, no sítio eletrônico utilizado para divulgação e também no Diário Oficial do Município.

1.DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais para compor kits natalidade (enxoval de bebê) destinados à concessão do Benefício Eventual – Auxílio Natalidade às gestantes e famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, por meio do CRAS, em conformidade com a Lei Federal nº 8.742/1993 – LOAS, Lei Municipal nº 2.259/2017, que regulamenta o SUAS no âmbito municipal, e Resolução do CMAS referente aos benefícios eventuais, em atendimento a solicitação nº 171/2026 e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.

1.2. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observada às especificações constantes do Anexo I e demais condições definidas neste Edital.

1.2.1. Da justificativa: A contratação será realizada em lote único, considerando a necessidade operacional de fornecimento dos kits natalidade completos, contendo conjuntamente todos os itens especificados, devidamente montados e embalados individualmente em sacos plásticos transparentes.

1.2.2. Embora a pesquisa de preços tenha sido realizada por item, o agrupamento em lote mostra-se técnica e administrativamente mais vantajoso, tendo em vista que a eventual contratação individualizada poderia resultar em múltiplos fornecedores, comprometendo a padronização dos kits, a logística de recebimento, a conferência, a montagem, o acondicionamento e a distribuição às beneficiárias.

1.2.3. O agrupamento em lote atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, padronização e interesse público, sem prejuízo à competitividade do certame, diante da ampla oferta de fornecedores aptos ao atendimento integral do objeto.

1.3. Na proposta deverá constar o objeto de forma integral, sob pena de desclassificação da proponente.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no *Compras Governamentais* e as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA do Edital**, prevalecerão as últimas.

2.DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

2.4.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5.É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

2.6.A licitação será **EXCLUSIVA** para a participação de ME/EPP, nos termos da L. C. nº 123/2006 e suas alterações.

2.7.Será aplicada como regra neste certame a lei complementar municipal nº 01/2009, com as alterações trazidas pela Lei Complementar Municipal nº 28/2023 que concede tratamento favorecido às Micro e Pequenas Empresas e empresários individuais sediados no município de Capitão Leônidas Marques, e, aquelas que estejam sediadas na região conhecida como “Região dos Lagos”, composta pelos municípios pertencentes ao consórcio Pro Caxias e do Baixo Iguaçu, quais sejam: Boa Esperança do Iguaçu, Boa Vista da Aparecida, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Nova Prata do Iguaçu, Planalto, Realeza, Salto do Lontra, São Jorge D'Oeste e Três Barras do Paraná, desde que comprovem tal condição através do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

2.7.1.**Justificativa da aplicabilidade da Lei acima citada:** Implementar a política pública denominada de “Compra Capitão”, promovendo o aumento da participação e da contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, sediada local e na região dos lagos, promovendo o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação e a tecnologia, preconizados no Art. 47 da Lei Complementar 123/2006. O que vai ao encontro com o acórdão 877/2016 do TCE/PR que definiu ser possível a aplicação da discricionariedade do município definir a região para efeito do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar 123/2006.

2.7.2.No presente certame será aplicada a **prioridade na contratação acima citada, após a fase de abertura de propostas e a realização da fase de lances**, verificando a localização da sede do vencedor da fase de lances, **conforme descrito no item 5.21 deste certame**.

2.7.3.Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.8.Não poderão disputar esta licitação:

I - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

II - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

III - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

IV - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

V - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

VI - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VII - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VIII - agente público do órgão ou entidade licitante;

IX - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio:

IX.1. Justifica-se a não admissão de empresas consorciadas no presente certame, considerando que não é vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município, caso tal empresa, de repente, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade, haja vista a gama enorme de pessoas jurídicas do ramo, objeto da contratação, que poderão concorrer no presente certame.

X - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

XI - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

XII - O impedimento de que trata o item IV será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

XIII - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens II e III, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

XIV - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

XV - O disposto nos itens II e III, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

XVI - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

XVII - A vedação de que trata o item VIII, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

XVIII - Sociedades cooperativas:

XVIII.1. Justifica-se a não admissão de empresas cooperativas no presente certame, conforme segue:

XVIII.2. Acerca das Cooperativas por sua vez atestamos que permitir a participação das mesmas representaria desrespeitar o Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

3.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. A presente licitação será exclusiva para a participação de ME/EPP, nos termos da L. C. nº 123/2006 e suas alterações.

3.2.1. Será aplicada como regra neste certame a lei complementar municipal nº 01/2009, com as alterações trazidas pela Lei Complementar Municipal nº 28/2023, conforme item 2.7. deste edital.

3.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

preço.

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

✓ I - **Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas, bem como Marca/Modelo (se houver);**

I.1. Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Termo de Referência/Anexo I.

I.2. NA PROPOSTA DEVERÁ CONSTAR O OBJETO DE FORMA INTEGRAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPONENTE.

✓ II - Prazo de validade da Proposta, contados da data da abertura do Processo;

✓ III - Preço para fornecimento do objeto da presente licitação (unitário e total);

✓ IV - Prazo da entrega;

✓ V - Data, assinatura (s).

4.1.1. **Lembretes importantes:**

1º - Ao anexar sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá informar seus dados (esta será analisada após a fase de lances), porém quando for lançar sua proposta que irá para análise antecedendo a fase de lances, não poderá ter dados que identifique o licitante sob pena de desclassificação.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas do Paraná e da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

os participantes.

5.3.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4.1.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5.Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,02(dois centavos) para os itens nº 11 e 12; de R\$0,10(dez centavos) para os itens nº 2, 8, 9, 13 e 15; e de R\$0,20(vinte centavos) para os demais itens.

5.10.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11.O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12.Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4.Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.12.5.Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13.Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16.No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17.Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17.1.Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

5.18.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19.Em relação a **itens não exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.19.1.Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2.A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a



comunicação automática para tanto.

5.19.3.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20.Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2.Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

5.21.Será assegurada a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local e na sequência no âmbito regional, conforme item 2.6, deste edital da seguinte forma:

5.21.1.Após terminada a fase de lances o pregoeiro verificará se a(s) ME/EPP(s) vencedora(s) do(s) item(ns)/lote(s) está(ão) sediada(s):

a) no âmbito local, conforme inciso I, do Art. 35-A da Lei Complementar 01/2009 e alterações trazidas pela Lei 028/2023 e, caso não esteja, aplicará de forma hierarquizada a prioridade de contratação a favor da empresa sediada no âmbito regional (região dos lagos) inciso II, do Art.35-A da referida Lei, que ofertou o menor preço, desde que o preço desta (s) esteja dentro da margem de 10% em relação ao menor preço das não enquadradas nessas condições.

b) Em não havendo empresas locais ou regionais, em quantidade mínima de 03 (três) participantes no certame, será possibilitado na sequência, a participação de Micro e pequenas empresas sediadas em qualquer região do país.

5.21.2.Após os procedimentos acima descritos, o Pregoeiro irá convocar a primeira empresa assim enquadrada, para apresentação de nova proposta, inferior à melhor classificada, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito, passando à segunda empresa enquadrada na mesma condição para possibilitar a mesma oportunidade. Caso ofereça proposta inferior à melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;

5.21.3.Em caso de dúvidas ou controvérsias, que não estejam especificados nos itens acima (5.21 até 5.21.2) serão observados os critérios determinados pelas leis pertinentes e aplicáveis.

5.22.Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1.A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.2.1.Durante a fase de negociação, o licitante deverá participar efetivamente, lembrando da importância de suas respostas via chat, quando solicitadas, visto que, caso não se manifeste após dar lances para o referido item, nada poderá pleitear a seu favor, e, considerando também que devido ao seu lance, assim considerado último, foi interrompida/impedida a sequência de lances pelos demais participantes, que poderia incorrer em proposta mais vantajosa para a administração.

5.22.2.2. O tempo para manifestação no chat, e/ou intenção de propor novo valor, será de no máximo 05 (cinco) minutos da convocação.

5.22.3.O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4.O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5.É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo



licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Sicaf;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429 de 1992, com a redação dada pela Lei nº 14.230 de 2021.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3, de 2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3, de 2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3, de 2018, art. 29, §2º)

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6. e 3.5 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN Seges nº 73, de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, o indício de inexequibilidade das propostas só será considerado após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.9.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.9.3. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9.3.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

6.9.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.9.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9.6. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



7.DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1.Os documentos previstos no **Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

7.1.1.1. Solicitamos que **seja anexada a documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, embora conste do SICAF, para efeitos de celeridade ao processo, visto que são de suma importância quando da digitalização e importação para o portal da transparência.**

7.2.Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1.Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3.Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.4.Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, conforme modelo, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.6.Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7.O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8.A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1.Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3, de 2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.9.É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3, de 2018, art. 7º, caput).

7.10.A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1.Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SicaF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11.A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1.Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73, de 2022, art. 39, §4º):

7.12.1.complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2.atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.13.Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14.Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15.Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de



licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16.A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação. (art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015)

8.DOS RECURSOS

8.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1.a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2.o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4.Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, que deverão solicitar por meio do endereço eletrônico: licitacaoerrecursos@clm.pr.gov.br.

9.DA PROPOSTA AJUSTADA E ENVIO DE DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO

9.1.Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro convocará o licitante detentor da melhor oferta, item a item ou um item por licitante, para que este anexe no sistema COMPRASNET, a **PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA**, em conformidade com o último lance ofertado, **no prazo máximo de 02 (duas) horas a contar da solicitação**. Para tanto, o pregoeiro fará uso de a ferramenta “CONVOCAR ANEXO”, devendo o licitante anexar o documento utilizando o link “ANEXAR” disponível apenas para o licitante/vencedor.

9.1.1.Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.

9.1.2.Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio dos e-mails: licitacaoclm@hotmail.com e/ou compras@clm.pr.gov.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo (45-3286-8407). O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Capitão Leônidas Marques - Pr quanto do emissor.

9.1.3.A proposta deverá conter, além dos dados da proponente (CNPJ, inscrição estadual, endereço completo, telefone p/ contato, e-mail, conta corrente jurídica), as seguintes informações:

- ✓ I - Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas, bem como Marca/Modelo(se houver);
 - ✓ I.1. Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital, prevalecerá a descrição constante no Termo de Referência/Anexo I.
- ✓ II - Preço unitário e total, READEQUADO AO ÚLTIMO LANCE, com até duas casas decimais (0,00).
- ✓ III - Prazo de fornecimento;
- ✓ IV - Prazo de validade da proposta;
- ✓ V - Data e assinatura (s).

9.1.4.O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00)**.

9.2.A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pelo pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta.

9.3.O Município de Capitão Leônidas Marques poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

9.4. Havendo a necessidade de envio de **documentos de habilitação complementares**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.5. É facultado o pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.**

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes do edital e seus anexos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas nos artigos 155, 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133/2021 ao Licitante/Contratado, conforme detalhadas no Termo de Referência/Anexo I deste edital.

11. DO ENCAMINHANDO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

11.1. A documentação de habilitação, constante no termo de referência, **caso solicitada pelo pregoeiro**, deverá ser encaminhada em original ou cópias autenticadas, e a proposta original, deverão ser apresentadas no **prazo máximo de 02 (dois) dias úteis**, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Prefeitura Municipal, Av. Tancredo Neves, 502, Centro, Capitão Leônidas Marques-PR, aos cuidados do Departamento de Licitações e Contratos. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

11.2. Também será aceito o envio por e-mail, nos seguintes endereços: licitacaoclm@hotmail.com e/ou compras@clm.pr.gov.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo (45-3286-8407). O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Capitão Leônidas Marques - Pr quanto do emissor.

11.3. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

11.4. Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

11.5. Os documentos apresentados, **não deverão ser fotocopiados na forma frente e verso, preferencialmente**, tendo em vista que o processo será digitalizado posteriormente na íntegra, para disponibilização no Portal da Transparência.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço eletrônico: compras@clm.pr.gov.br E/OU licitacaorecursos@clm.pr.gov.br.

12.2.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro e protocolizadas em dias úteis, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30, na Av. Tancredo Neves, 502, Centro, Setor de protocolo, Capitão Leônidas Marques-PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: licitacaorecursos@clm.pr.gov.br

12.2.1.1. A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

12.2.2. Caberá ao Pregoeiro, ao agente de contratação, auxiliados pela equipe de apoio e comissão de contratação, e demais responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

12.2.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.4. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O pregoeiro, caso não haja recurso ao julgamento do certame, adjudicará o objeto à licitante vencedora cuja proposta for considerada mais vantajosa à administração pública.

14.2. Concluídos os trabalhos, o pregoeiro encaminhará o processo, devidamente instruído, à apreciação da Autoridade Competente, para expedição e publicação do ato homologatório.

14.3. Após decididos os recursos, quando houver, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao vencedor do certame e, em consequência, homologará a presente licitação.

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍRIO DE PREÇOS, FORMA DO FORNECIMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1. Estão descritas no Termo de Referência/Anexo I deste edital.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da adjudicação do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:

* 437 – 10.003.08.245.1031.2188.3.3.90.32.00.

17. DAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA, PRAZO/VIGÊNCIA DO CONTRATO E RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. As obrigações decorrentes deste PREGÃO consubstanciar-se-ão no TERMO DE CONTRATO, cuja minuta consta como anexo V deste edital.

17.1.1. Decorridos 60 (sessenta) dias consecutivos da data da apresentação das propostas, sem a comunicação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.2. O Contrato Administrativo poderá ser encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo à Contratada a impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias, providenciando a devolução de uma via, contendo assinatura eletrônica válida ou o documento original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, em até 05 (cinco) dias úteis, após atestado/acusado o seu recebimento.

17.2.1. O prazo para assinatura e devolução do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que o pedido seja formulado pelo adjudicatário dentro do prazo original e devidamente justificado, ficando sua aceitação sujeita à análise da Administração.

17.2.2. A ausência de assinatura e devolução do contrato dentro do prazo estabelecido, sem motivo devidamente justificado e aceito pela Administração, poderá caracterizar recusa injustificada em contratar, ensejando aplicação das penalidades previstas no art. 155.

17.3. A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada no portal de transparência, na forma de item antecedente, ou para retirada na prefeitura municipal a partir do 05 (cinco) dias após o protocolo de entrega das vias originais previstas no item anterior.

17.4. Para a assinatura do contrato, está deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, na hipótese de nomeação de procurador, e cédula de identidade do representante.

17.5. A contratação objeto desta licitação será vigente por até 12 (doze) meses a partir da data do Termo Contratual.

17.6. Eventual prorrogação de vigência será formalizada através de Termo de Aditivo Contratual, respeitadas as condições prescritas em lei.

18. DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

18.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no Art. 137 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.



19.DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

19.1.Fica assegurado ao Município de Capitão Leônidas Marques, o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

19.2.A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

19.3.Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

19.4.A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

19.5.A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

19.6.Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

19.7.A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.8.A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques - Pr.

20.DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

20.1.Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e colaboradores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

20.2.Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a)"prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b)"prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c)"prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d)"prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e)"prática obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (I) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

21.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3.Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.4.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.5.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.7.Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.8.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.9.Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

21.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico compras@clm.pr.gov.br.

21.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
APENDICE DO ANEXO I	Estudo Técnico Preliminar
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial
ANEXO III	Modelo de Declarações Unificadas
ANEXO IV	Modelo Identificação do Licitante/Declaração de dados para assinaturas
ANEXO V	Minuta do Contrato

Capitão Leônidas Marques - Pr, 22 de junho de 2026.

GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER

Pregoeiro



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2026

Processo Administrativo Nº 150/2026.

Solicitação Nº 171/2026.

1. APRESENTAÇÃO

1.1. As especificações abordadas neste documento têm por objeto a aquisição de materiais para compor kits natalidade (enxoval de bebê) destinados à concessão do Benefício Eventual – Auxílio Natalidade às gestantes e famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, por meio do CRAS, em conformidade com a Lei Federal nº 8.742/1993 – LOAS, Lei Municipal nº 2.259/2017, que regulamenta o SUAS no âmbito municipal, e Resolução do CMAS referente aos benefícios eventuais, em atendimento a solicitação nº 171/2026 e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante neste Termo de Referência.

LOTE ÚNICO				
ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	130	BANHEIRA INFANTIL , confeccionada em plástico resistente e atóxico, adequada para uso infantil, com capacidade mínima para suportar até 25 kg, contendo formato anatômico que proporcione segurança e conforto durante o banho, superfície lisa de fácil higienização, bordas arredondadas e estrutura estável. Produto deverá atender às normas de segurança aplicáveis vigentes. Unidade.	R\$ 24,43	R\$ 3.175,90
02	130	CUEIRO PARA BEBÊ , confeccionado em tecido flanelado, macio, antialérgico e confortável, medindo no mínimo 80 cm x 80 cm, composição 100% algodão, com acabamento resistente, costuras reforçadas e tecido de fácil higienização, adequado para uso infantil. Produto deverá possuir boa absorção e toque suave, indicado para cuidados e proteção do bebê. Unidade.	R\$ 11,47	R\$ 1.491,10
03	130	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL , tamanho grande (G), composta por material macio e anatômico, com gel ultra absorvente, barreiras laterais antivazamento, elásticos ajustáveis e fitas adesivas/reposicionáveis que proporcionem melhor ajuste e conforto ao usuário. Produto hipoalergênico, com boa capacidade de absorção e retenção de líquidos. Embalagem contendo no mínimo 32 unidades. Na embalagem do fabricante deverão constar identificação do produto, tamanho, quantidade, composição, data de fabricação, número do lote, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação vigente. Pacote.	R\$ 35,97	R\$ 4.676,10
04	130	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL , tamanho médio (M), composta por material macio e anatômico, com gel ultra absorvente, barreiras laterais antivazamento, elásticos ajustáveis e fitas adesivas/reposicionáveis que proporcionem melhor ajuste e conforto ao usuário. Produto hipoalergênico, com boa capacidade de absorção e retenção de líquidos. Embalagem contendo no mínimo 32 unidades. Na embalagem do fabricante deverão constar identificação do produto, tamanho, quantidade, composição, data de fabricação, número do lote, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação vigente. Pacote.	R\$ 31,47	R\$ 4.091,10
05	130	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL , tamanho pequeno (P), composta por material macio e anatômico, com gel ultra absorvente, barreiras laterais antivazamento, elásticos ajustáveis e fitas adesivas/reposicionáveis que proporcionem melhor ajuste e conforto ao usuário. Produto hipoalergênico, com boa capacidade de absorção e retenção de líquidos. Embalagem contendo no mínimo 32 unidades. Na embalagem do fabricante deverão constar identificação do produto, tamanho, quantidade, composição, data de fabricação, número do lote, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação vigente. Pacote.	R\$ 37,13	R\$ 4.826,90
06	130	KIT BODY PARA BEBÊ , contendo 03 peças de manga curta, confeccionadas em tecido macio e confortável, composição mínima de 97% algodão e 3% elastano, com gola expansível e fechamento por botões de pressão localizados entrepernas, proporcionando praticidade na troca e conforto ao bebê. Tamanho P. Cores variadas em tons suaves, tais como	R\$ 34,22	R\$ 4.448,60



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

		rosa, azul, verde água e amarelo claro, ou similares. Produto com costuras reforçadas, acabamento resistente e adequado para uso infantil. Kit.		
07	130	KIT BODY PARA BEBÊ , contendo 03 peças de manga longa, confeccionadas em tecido macio e confortável, composição mínima de 97% algodão e 3% elastano, com gola expansível e fechamento por botões de pressão localizados entrepernas, proporcionando praticidade na troca e conforto ao bebê. Tamanho P. Cores variadas em tons suaves, tais como rosa, azul, verde água e amarelo claro, ou similares. Produto com costuras reforçadas, acabamento resistente e adequado para uso infantil. Kit.	R\$ 36,38	R\$ 4.729,40
08	130	KIT COM 03 LENCINHOS DE BOCA PARA BEBÊ , confeccionados em tecido duplo, macio, antialérgico e absorvente, composição 100% algodão, contendo bordados ou estampas com desenhos infantis. Medidas aproximadas de 30 cm x 30 cm. Produto com acabamento resistente, costuras reforçadas e adequado para higiene e cuidados diários do bebê. Kit.	R\$ 17,19	R\$ 2.234,70
09	130	LENÇO UMEDECIDO INFANTIL , neutro, confeccionado em tecido não tecido (TNT), macio e resistente, dermatologicamente testado, elaborado com ingredientes suaves, sem álcool etílico, indicado para higiene de bebês. Produto com boa umectação e fácil manuseio, não irritante à pele. Embalagem plástica com sistema de abertura e fechamento adequado para conservação da umidade, contendo no mínimo 75 unidades. Na embalagem deverão constar informações do fabricante, composição, lote, data de fabricação e validade, conforme legislação vigente. Pacote.	R\$ 13,78	R\$ 1.791,40
10	130	MANTA PARA BEBÊ , confeccionada em microfibra de toque macio e confortável, com tratamento antialérgico e antiácara, proporcionando maior segurança e bem-estar ao usuário. Medidas aproximadas de 1,10 m x 0,90 m. Produto leve, de fácil higienização, com acabamento resistente e costuras reforçadas. Cores variadas em tons suaves, tais como rosa, azul, amarelo claro e verde claro, ou similares. Indicada para uso infantil. Unidade.	R\$ 27,05	R\$ 3.516,50
11	130	MEIA INFANTIL LISA PARA RECÉM-NASCIDO , com calcanhar verdadeiro, confeccionada em material macio, elástico e confortável, proporcionando ajuste adequado aos pés do bebê sem causar compressão excessiva. Tamanho indicado para recém-nascidos de 00 a 06 meses. Produto com acabamento reforçado, boa elasticidade e resistência ao uso e lavagens frequentes. Indicada para uso infantil. Par.	R\$ 3,89	R\$ 505,70
12	130	SABONETE INFANTIL , em barra, glicerinado, com formulação suave e pH adequado para a pele do bebê, dermatologicamente testado, hipoalergênico, indicado para uso infantil. Produto com fragrância suave, livre de componentes agressivos, proporcionando limpeza delicada sem ressecar a pele. Embalagem individual lacrada, contendo no mínimo 80 g, com identificação do fabricante, composição, lote, data de fabricação e validade, conforme legislação vigente. Unidade.	R\$ 5,62	R\$ 730,60
13	130	SHAMPOO INFANTIL , fórmula suave, neutra, hipoalergênica, indicada para uso infantil, dermatologicamente testado, com pH compatível com o couro cabeludo do bebê, proporcionando limpeza delicada sem irritar os olhos. Produto livre de substâncias agressivas, com fragrância suave. Embalagem contendo 200 ml, original do fabricante, lacrada, com identificação do produto, composição, lote, data de fabricação e prazo de validade, conforme legislação sanitária vigente. Unidade.	R\$ 15,24	R\$ 1.981,20
14	130	TOALHA DE BANHO COM CAPUZ PARA BEBÊ , confeccionada em tecido 100% algodão, com toque macio e confortável, dotada de capuz integrado. Parte interna com forro tipo fralda, antialérgico e altamente absorvente, proporcionando maior conforto e proteção ao bebê após o banho. Medidas mínimas de 70 cm x 90 cm. Produto com acabamento reforçado, costuras resistentes e adequado para uso infantil. Cores variadas em tons suaves, tais como rosa, azul, verde água e amarelo claro, ou similares. Unidade.	R\$ 29,92	R\$ 3.889,60
15	130	TRAVESSEIRO PARA BEBÊ , confeccionado com material macio e confortável, com enchimento 100% fibra, antialérgico, proporcionando suporte adequado e segurança durante o uso infantil. Produto leve, com acabamento resistente, costuras reforçadas e capa com tecido adequado para contato com a pele sensível do bebê. Indicada para uso infantil, com características que favoreçam higiene e fácil manutenção. Unidade.	R\$ 14,71	R\$ 1.912,30



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

16	130	KIT PARA BERÇO PADRÃO , composto por 01 lençol e 01 fronha de travesseiro, confeccionados em tecido 100% algodão, macio, confortável e adequado para uso infantil, hipoalergênico e de fácil higienização. Produtos com acabamento resistente e costuras reforçadas, proporcionando conforto e segurança ao bebê. Compatível com colchão de berço padrão infantil, com dimensões aproximadas de 1,30 m x 0,70 m. Kit.	R\$ 33,39	R\$ 4.340,70
17	130	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL , destinado à medição de temperatura corporal, com medição rápida e precisa, indicado para uso adulto e infantil. Equipamento portátil, com visor digital de fácil leitura, sinal sonoro ao final da medição e indicação de febre por alerta visual (quando aplicável). Possui memória da última medição, desligamento automático e resistência à água ou proteção para higienização. Ponta rígida, com capa protetora para armazenamento seguro. Faixa de medição aproximada entre 32°C e 42°C, com precisão adequada para uso clínico/doméstico. Alimentação por bateria tipo botão, inclusa ou equivalente. Produto acompanhado de instruções de uso em língua portuguesa. Unidade.	R\$ 27,03	R\$ 3.513,90
TOTAL: R\$ 51.855,70				

1.2.TOTAL MÁXIMO DO CERTAME: R\$ 51.855,70 (cinquenta e um mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos).
OBS.:

☒ Caso haja dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas por e-mail licitacaoclm@hotmail.com e/ou telefone na CPL fones: 3286-8407.

☒ Os valores constantes deste anexo, para os preços unitários, são os preços máximos por produto que serão admitidos nesta licitação.

☒ Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, **PREVALECERÁ** a descrição constante no **TERMO DE REFERÊNCIA** do Edital.

☒ Será efetuada a análise respeitada a ordem de classificação.

☒ O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,02(dois centavos)** para os itens nº 11 e 12; de **R\$0,10(dez centavos)** para os itens nº 2, 8, 9, 13 e 15; e de **R\$0,20(vinte centavos)** para os demais itens.

☒ **NA PROPOSTA DEVERÁ CONSTAR O OBJETO DE FORMA INTEGRAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPONENTE.**

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de aquisição de 130 (cento e trinta) kits natalidade (enxoval de bebê), destinados à concessão do Benefício Eventual – Auxílio Natalidade, visando atender a demanda anual da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania do Município de Capitão Leônidas Marques/PR.

2.2. O benefício destina-se ao atendimento de gestantes e famílias em situação de vulnerabilidade social, cadastradas e/ou acompanhadas pela rede socioassistencial municipal, mediante avaliação técnica socioassistencial realizada pela equipe de referência do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, observados os critérios estabelecidos na regulamentação aplicável.

2.3. O Auxílio Natalidade será ofertado na forma de bens de consumo, consistentes em kits compostos por itens essenciais destinados aos primeiros cuidados do recém-nascido, abrangendo materiais de vestuário, higiene, alimentação e demais utensílios básicos que compõem o enxoval do bebê, observando-se padrões mínimos de qualidade aptos a garantir dignidade, proteção social e respeito às famílias beneficiárias.

2.4. A contratação visa assegurar a continuidade da política pública de assistência social no âmbito municipal, contribuindo para a mitigação das vulnerabilidades decorrentes do nascimento, fortalecimento da proteção social básica, promoção da equidade social, apoio às famílias beneficiárias e efetivação dos direitos socioassistenciais.

2.5. Considerando a necessidade operacional da Administração, os materiais deverão ser fornecidos na forma de kits completos, montados e embalados individualmente em sacos plásticos transparentes, contendo conjuntamente todos os itens especificados neste Termo de Referência, visando garantir padronização, adequada conferência, organização logística, armazenamento e maior agilidade na distribuição às beneficiárias.

2.6. A contratação encontra fundamento na Lei Federal nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na Lei Municipal nº 2.259/2017, que regulamenta o Sistema Único de Assistência Social – SUAS no âmbito municipal, bem como na Resolução nº 01/2018 do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, referente aos benefícios eventuais.

3. PRAZO DE ENTREGA/FORMA DE FORNECIMENTO

3.1. Prazo de entrega:

3.1.1. Os kits natalidade deverão ser fornecidos conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

Cidadania, mediante solicitação formal emitida pelo **Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**, encaminhada por meio do endereço eletrônico oficial semas.clm@hotmail.com, podendo ocorrer solicitações em quantitativos variáveis durante a vigência contratual.

3.1.2. O prazo máximo para entrega será de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento da solicitação formal pela contratada.

3.1.3. Os materiais deverão ser fornecidos na forma de **kits completos, montados e embalados individualmente em sacos plásticos transparentes**, contendo conjuntamente todos os itens especificados neste Termo de Referência.

3.2. Local, horário e endereço de entrega:

3.2.1. Local de entrega:

Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

Avenida Tancredo Neves, nº 520, Centro

Capitão Leônidas Marques/PR — CEP: 85.790-007.

3.2.2. Horário para entrega:

Das **08h00 às 11h30** e das **13h30 às 17h00**, em dias úteis.

3.3. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados, em perfeitas condições de uso, observando integralmente as especificações técnicas, quantitativos, validade, qualidade e demais requisitos previstos neste Termo de Referência.

4. ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

4.1. Fornecer o objeto em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantidades, padrões de qualidade, prazos, condições de entrega e demais exigências estabelecidas no edital, neste Termo de Referência, no contrato e na proposta apresentada;

4.2. Fornecer os materiais na forma de **kits natalidade completos, montados e embalados individualmente em sacos plásticos transparentes**, contendo conjuntamente todos os itens especificados, devidamente acondicionados, prontos para conferência e distribuição;

4.3. Responsabilizar-se integralmente por todos os custos, tributos, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, securitários, fretes, transportes e demais despesas incidentes, direta ou indiretamente, sobre a execução do objeto contratado;

4.4. Manter, durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando a documentação comprobatória sempre que solicitada pela Administração;

4.5. Zelar pelo cumprimento da legislação aplicável, inclusive normas trabalhistas, previdenciárias, de segurança e medicina do trabalho, responsabilizando-se integralmente por seus empregados, prepostos ou terceiros eventualmente envolvidos na execução contratual;

4.6. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto, sem prejuízo das demais responsabilidades legais e contratuais;

4.7. Reparar, substituir, complementar ou corrigir, às suas expensas e no prazo estabelecido pela Administração, os produtos que apresentarem vícios, defeitos, avarias, prazo de validade inadequado, desconformidade com as especificações ou qualquer irregularidade constatada no recebimento ou durante a execução contratual;

4.8. Entregar os produtos em embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, íntegras, sem avarias e dentro dos prazos de validade exigidos, observando as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência;

4.9. Executar diretamente as obrigações assumidas, não sendo admitida subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto, salvo hipóteses expressamente previstas no edital e instrumento contratual;

4.10. Não empregar menores em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da legislação vigente.

5. ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

5.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma, prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência, no edital e no instrumento contratual, após o recebimento e conferência dos produtos e da documentação exigida;

5.2. Proporcionar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato, fornecendo informações, orientações e esclarecimentos pertinentes ao objeto contratado;

5.3. Receber, conferir, acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos, verificando a conformidade dos kits natalidade com as especificações técnicas, quantitativos, qualidade, validade, acondicionamento e demais condições estabelecidas no edital, Termo de Referência, contrato e proposta apresentada;



5.4. Determinar a correção, substituição, complementação ou adequação dos produtos fornecidos sempre que constatadas irregularidades, desconformidades, vícios, defeitos ou descumprimento das condições pactuadas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

5.5. Designar servidor(es) pertencente(s) ao quadro da Administração para atuar(em) na gestão e fiscalização da execução contratual, nos termos da legislação vigente;

5.6. Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades verificadas na execução do objeto, estabelecendo prazo para saneamento, quando necessário;

5.7. Aplicar as penalidades previstas no edital, contrato e legislação aplicável nos casos de inexecução total ou parcial, atraso injustificado, irregularidade ou descumprimento das obrigações assumidas;

5.8. Cumprir e fazer cumprir as disposições constantes deste Termo de Referência, do edital, do contrato e demais normas aplicáveis à contratação.

6.DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

6.1.O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato com base no Capítulo V da Lei nº 14.133/2021.

6.2.Eventual prorrogação de vigência será formalizada através de Termo de Aditivo Contratual, respeitadas as condições prescritas em lei.

6.3.O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

7.DO CRITÉRIO DE REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

7.1.Durante a vigência do Contrato, os valores registrados não serão reajustados.

7.1.1.Somente poderá haver reajuste após 12 (doze) meses da assinatura do contrato e /ou do último ajuste;

7.1.2.No caso de haver prorrogação de prazo, após doze meses, o reajuste poderá ser efetuado de acordo com as variações do IPCA –Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

7.1.3.Compete a Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pela Contratante, juntando-se o respectivo memorial de cálculo do reajuste.

7.1.4.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, e que possa ser aplicado ao objeto.

7.2.Para o restabelecimento da equação, deve a Contratada DEMONSTRAR a ocorrência das hipóteses que condicionam o pedido de ajuste, mediante protocolo, acompanhado de documentação idônea.

7.2.1.Não será liberado reequilíbrio econômico financeiro decorrentes de inflação, que não configurem área econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

7.2.2.Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro de valores deverão ser encaminhados no e-mail compras@clm.pr.gov.br.

7.2.3.Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

8.DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2.A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania irá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e as obrigações da contratada, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

8.3.A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade no serviço prestado.

8.4.Fica designado como Fiscal do Contrato, Kauany Damião Gomes, que irá acompanhar ou fiscalizar a execução do Contrato e as obrigações da Contratada, e poderá solicitar correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, deverão ser sanadas no prazo estipulado, sob pena de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas.

8.5.O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

8.6. Durante a vigência, esta contratação terá como gestor do contrato, Paula de Borba Julião, Secretária de Assistência Social e Cidadania, à qual compete administrar todo o contrato desde a sua assinatura até o encerramento com a entrega dos serviços e devido pagamento.

Gestor:

Nome: Paula de Borba Julião
Cargo: Secretária de Assistência Social e Cidadania
Matrícula: 124327-1
E-mail: licitacaoemasclm@gmail.com

Fiscal:

Nome: Kauany Damião Gomes
Cargo: Agente Administrativo
Matrícula: 1243811
E-mail: semas.clm@hotmail.com

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, COMPENSAÇÃO E PENALIZAÇÃO

9.1. O Município de Capitão Leônidas Marques-PR, se compromete a efetuar o pagamento, conforme a entrega, em até 30 (trinta) dias da apresentação de nota fiscal no Departamento de Compras Municipal, identificada com o número da licitação e do contrato de fornecimento através de depósito bancário (Conta Jurídica).

A nota fiscal, deverá estar acompanhada das certidões negativas do FGTS, Trabalhista, Municipal e Federal "Unificada", devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento;

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Capitão Leônidas Marques, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.208.834/0001-59, com sede no Paço Municipal Arnaldo F. Busato, situado na Av. Tancredo Neves, 502, Centro.

A Contratada deverá encaminhar junto à Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta jurídica a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

A nota fiscal deverá ser enviada física e por e-mail (compras2@clm.pr.gov.br).

9.1.1. A Retenção do Imposto de Renda ocorrerá na fonte, conforme NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO em atendimento a I.N nº 1234/2012 e I.N 2145/2023 e demais informações e obrigações instituídas por atos normativos – RFB- Receita Federal do Brasil (Art. 4º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);

9.1.2. Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na Instrução Normativa nº 1.234, de 2012 e suas alterações, da Receita Federal do Brasil, destacando o valor a ser retido, a título de informação, sob pena de não aceitação do documento apresentado (Art. 3º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);

§ 1º - Documentos fiscais que não estiverem em conformidade com disposto na Instrução Normativa nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 e alterações, serão notificados, não ocorrendo as devidas correções, fica autorizado a retenção automática, com base nos anexos que integram a I.N 1234/2012 e alterações.

9.1.3. As pessoas jurídicas não sujeitas as retenções conforme artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2145/2023 e demais Instruções complementares da RFB deverão informar conforme os critérios de enquadramentos. (Art. 2º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023)

9.1.4. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

9.2. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituída pela Lei Complementar 123/2006, deverá apresentar cópia autenticada do "Termo de Opção pelo Simples", juntamente com a nota fiscal ou fatura. Não sendo optante, será efetuada a retenção na forma da Instrução Normativa IN RFB nº 1.234/2012 (e suas alterações, incluindo a IN RFB nº 2.145/2023).

9.3. Havendo atraso de pagamento dos créditos resultantes da prestação dos serviços, será acrescido ao valor da respectiva Nota Fiscal, o equivalente 0,1% (zero um por cento) por dia útil de atraso.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A recusa do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório, bem como, o atraso na entrega do produto, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida e permitirá, de conformidade com a legislação em vigor a aplicação das seguintes sanções pela Administração Municipal, garantido a prévia defesa:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Município de Capitão Leônidas Marques;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

10.1.1. A multa prevista acima será de 10% (dez por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

10.1.2. Quanto à suspensão temporária ou impedimento de licitar previsto acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



10.1.3.A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156 da referida lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.DA HABILITAÇÃO

11.1.Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1.SICAF.

11.1.2.Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

11.2.A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429 de 1992, com a redação dada pela Lei nº 14230 de 2021, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.3.Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4.No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.5.A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

11.5.1.No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.5.2.Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.5.3.Em caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.5.4.Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

11.5.5.No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.5.6.No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.5.7.Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.6.A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

11.6.1.Certidão negativa de Falências e Concordatas, expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) do local da sede da proponente, há menos de 90 (noventa) dias da data marcada para o recebimento dos envelopes.

11.7.A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

11.7.1.*Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;*

11.7.2.*Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.*

11.7.3.*Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;*

11.7.4.*Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.*

11.7.5.*Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;*

11.7.6.*Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);*

11.7.7.*Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;*

11.7.8.*Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;*

11.7.9.*caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.*



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

11.7.9.a Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.7.9.b A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.8. Deverá apresentar ainda:

11.8.1. **DECLARAÇÕES UNIFICADAS**, conforme modelo. (ANEXO III);

11.8.2. **IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE**, conforme modelo. (ANEXO IV).

11.9. **ATENÇÃO:** O cadastro no SICAF, abrangente dos níveis indicados no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 abril de 2018, **NÃO SUBSTITUI** os documentos exigidos no item 11.8.1.

11.9.1. Neste caso anexar (IMPORTANTE):

*** Comprovante de situação cadastral junto ao SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (DECLARAÇÃO-SICAF, onde constam os documentos e suas validades registrados);**

A habilitação dos Licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

*** DECLARAÇÕES UNIFICADAS.**

11.10. Solicitamos que seja anexada a documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, embora conste do SICAF, para efeitos de celeridade ao processo, visto que são de suma importância quando da digitalização e importação para o portal da transparência.

11.11. Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF), o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvando o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

11.12. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

11.13. Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

11.14. No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.15. O não atendimento das exigências constantes do item 11 deste Termo de Referência implicará a inabilitação do licitante.

11.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.17. Aos documentos sem validade expressa, considerar-se-á 90 (NOVENTA) DIAS da data de sua emissão.

11.18. Serão aceitas as certidões obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-se às verificações, caso necessário.

11.19. Serão aceitas as certidões positivas com efeitos de negativa.

12. CONSIDERAÇÕES

12.1. O não cumprimento dos termos deste edital, em qualquer de suas cláusulas, implica na declaração da empresa como inidônea, e lançamento na lista de impedidos de licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

12.2. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento objeto deste edital.



Apêndice do Anexo I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2026

Processo Administrativo Nº 150/2026.

Solicitação Nº 171/2026.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	016/2026
ÁREA REQUISITANTE:	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
OBJETO:	Aquisição de materiais de consumo (kits natalidade/enxoval de bebê) destinados à concessão do Benefício Eventual – Auxílio Natalidade às gestantes e famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, por meio do CRAS, em conformidade com a Lei Federal nº 8.742/1993 – LOAS, Lei Municipal nº 2.259/2017, que regulamenta o SUAS no âmbito municipal, e Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, referente aos benefícios eventuais.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

2.1. A presente contratação, está contemplada no Plano Anual de Contratações publicado mediante o decreto municipal nº 474 de 29 de dezembro de 2025, desse modo encontra respaldo legal e orçamentário.

2.2. As metas e objetivos que justificam esta contratação estão devidamente previstos no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) deste município.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A presente contratação tem por objetivo a aquisição de **130 (cento e trinta) kits natalidade (enxoval de bebê)**, correspondentes à estimativa anual de atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, destinados à concessão do Benefício Eventual – Auxílio Natalidade às gestantes e famílias em situação de vulnerabilidade social do Município de Capitão Leônidas Marques/PR.

3.2. O benefício destina-se ao atendimento de gestantes cadastradas e/ou acompanhadas pela rede socioassistencial municipal, mediante avaliação técnica socioassistencial realizada pela equipe de referência do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, observados os critérios previstos na regulamentação aplicável.

3.3. A contratação visa assegurar a continuidade da oferta do benefício eventual, por meio da disponibilização de itens essenciais destinados aos primeiros cuidados do recém-nascido, contemplando materiais de vestuário, higiene, alimentação e demais utensílios básicos que compõem o enxoval do bebê, contribuindo para a proteção social das famílias beneficiárias e para a mitigação das vulnerabilidades decorrentes do nascimento.

3.4. A necessidade da contratação encontra respaldo na execução da política pública de assistência social e nas competências atribuídas ao Município, em conformidade com a Lei Federal nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei Municipal nº 2.259/2017, que regulamenta o Sistema Único de Assistência Social – SUAS no âmbito municipal, bem como na Resolução nº 01/2018 do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, referente aos benefícios eventuais.

3.5. Buscando maior eficiência administrativa, padronização, organização logística e agilidade na concessão do benefício, os materiais serão adquiridos na forma de kits completos, cujo detalhamento da composição, acondicionamento e forma de entrega constará expressamente no Termo de Referência.

3.6. A presente contratação mostra-se necessária para garantir atendimento adequado, contínuo, humanizado e tempestivo às usuárias da política de assistência social, assegurando a efetividade das ações de Proteção Social Básica desenvolvidas no âmbito do CRAS.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO/JUSTIFICATIVA

4.1. Para atendimento da necessidade identificada, a futura contratação deverá contemplar o fornecimento de 130 (cento e trinta) kits natalidade completos, correspondentes à estimativa anual de demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, observando integralmente as especificações técnicas, quantitativos, padrões mínimos de qualidade e demais condições estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

4.2. A contratação justifica-se pela necessidade de garantir atendimento qualificado, contínuo e efetivo às gestantes e famílias em situação de vulnerabilidade social, atendidas pelos Programas, Projetos, Serviços e Benefícios da Proteção Social Básica, desenvolvidos por meio do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, como forma de operacionalização do Benefício Eventual – Auxílio Natalidade.

4.3. O benefício será ofertado por meio de kits natalidade compostos por itens destinados ao enxoval do recém-nascido, incluindo materiais de vestuário, higiene, alimentação e demais utensílios essenciais aos primeiros cuidados com o bebê, observando padrões mínimos de qualidade capazes de assegurar dignidade, proteção social e respeito às famílias beneficiárias.

4.4. Os materiais deverão ser fornecidos na forma de kits completos, contendo conjuntamente todos os itens que compõem o enxoval, embalados individualmente em sacos plásticos transparentes, visando garantir padronização, adequada conferência, organização logística e maior agilidade na distribuição às beneficiárias.



4.5. A contratação encontra fundamento na necessidade de assegurar a continuidade da política pública de assistência social, contribuindo para a mitigação das vulnerabilidades decorrentes do nascimento, fortalecimento da proteção social básica, promoção da equidade e garantia de acesso aos direitos socioassistenciais.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. A estimativa quantitativa da presente contratação corresponde à aquisição de 130 (cento e trinta) kits natalidade, destinados ao atendimento da demanda anual da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, para concessão do Benefício Eventual – Auxílio Natalidade às gestantes e famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela rede socioassistencial municipal.

5.2. O quantitativo estimado foi definido com base no histórico de atendimentos, na demanda observada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e na necessidade de assegurar a continuidade, adequação e efetividade da política pública socioassistencial executada por meio do CRAS.

5.3. Registra-se que houve ampliação da estimativa quantitativa de 110 (cento e dez) kits, prevista no exercício de 2025, para 130 (cento e trinta) kits no exercício de 2026, considerando a necessidade de melhor atendimento da demanda identificada, bem como o objetivo de garantir cobertura adequada às necessidades das gestantes e famílias beneficiárias do Auxílio Natalidade.

5.4. As especificações, quantitativos e demais características dos itens que compõem os kits natalidade encontram-se detalhados no quadro abaixo:

Item	Quant	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	130	BANHEIRA INFANTIL , confeccionada em plástico resistente e atóxico, adequada para uso infantil, com capacidade mínima para suportar até 25 kg, contendo formato anatômico que proporcione segurança e conforto durante o banho, superfície lisa de fácil higienização, bordas arredondadas e estrutura estável. Produto deverá atender às normas de segurança aplicáveis vigentes. Unidade.	R\$ 24,43	R\$ 3.175,90
02	130	CUEIRO PARA BEBÊ , confeccionado em tecido flanelado, macio, antialérgico e confortável, medindo no mínimo 80 cm x 80 cm, composição 100% algodão, com acabamento resistente, costuras reforçadas e tecido de fácil higienização, adequado para uso infantil. Produto deverá possuir boa absorção e toque suave, indicado para cuidados e proteção do bebê. Unidade.	R\$ 11,47	R\$ 1.491,10
03	130	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL , tamanho grande (G), composta por material macio e anatômico, com gel ultra absorvente, barreiras laterais antivazamento, elásticos ajustáveis e fitas adesivas/reposicionáveis que proporcionem melhor ajuste e conforto ao usuário. Produto hipoalergênico, com boa capacidade de absorção e retenção de líquidos. Embalagem contendo no mínimo 32 unidades. Na embalagem do fabricante deverão constar identificação do produto, tamanho, quantidade, composição, data de fabricação, número do lote, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação vigente. Pacote.	R\$ 35,97	R\$ 4.676,10
04	130	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL , tamanho médio (M), composta por material macio e anatômico, com gel ultra absorvente, barreiras laterais antivazamento, elásticos ajustáveis e fitas adesivas/reposicionáveis que proporcionem melhor ajuste e conforto ao usuário. Produto hipoalergênico, com boa capacidade de absorção e retenção de líquidos. Embalagem contendo no mínimo 32 unidades. Na embalagem do fabricante deverão constar identificação do produto, tamanho, quantidade, composição, data de fabricação, número do lote, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação vigente. Pacote.	R\$ 31,47	R\$ 4.091,10
05	130	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL , tamanho pequeno (P), composta por material macio e anatômico, com gel ultra absorvente, barreiras laterais antivazamento, elásticos ajustáveis e fitas adesivas/reposicionáveis que proporcionem melhor ajuste e conforto ao usuário. Produto hipoalergênico, com boa capacidade de absorção e retenção de líquidos. Embalagem contendo no mínimo 32 unidades. Na embalagem do fabricante deverão constar identificação do produto, tamanho, quantidade, composição, data de fabricação, número do lote, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação vigente. Pacote.	R\$ 37,13	R\$ 4.826,90
06	130	KIT BODY PARA BEBÊ , contendo 03 peças de manga curta, confeccionadas em tecido macio e confortável, composição mínima de 97% algodão e 3% elastano, com gola expansível e fechamento por botões de pressão localizados entrepernas, proporcionando praticidade na troca e conforto ao bebê. Tamanho P. Cores variadas em tons suaves, tais como rosa, azul, verde água e amarelo claro, ou similares. Produto com costuras reforçadas, acabamento resistente e adequado para uso infantil. Kit.	R\$ 34,22	R\$ 4.448,60
07	130	KIT BODY PARA BEBÊ , contendo 03 peças de manga longa, confeccionadas em tecido macio e confortável, composição mínima de 97% algodão e 3%	R\$ 36,38	R\$ 4.729,40



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

		elastano, com gola expansível e fechamento por botões de pressão localizados entrepernas, proporcionando praticidade na troca e conforto ao bebê. Tamanho P. Cores variadas em tons suaves, tais como rosa, azul, verde água e amarelo claro, ou similares. Produto com costuras reforçadas, acabamento resistente e adequado para uso infantil. Kit.		
08	130	KIT COM 03 LENCINHOS DE BOCA PARA BEBÊ , confeccionados em tecido duplo, macio, antialérgico e absorvente, composição 100% algodão, contendo bordados ou estampas com desenhos infantis. Medidas aproximadas de 30 cm x 30 cm. Produto com acabamento resistente, costuras reforçadas e adequado para higiene e cuidados diários do bebê. Kit.	R\$ 17,19	R\$ 2.234,70
09	130	LENÇO UMEDECIDO INFANTIL , neutro, confeccionado em tecido não tecido (TNT), macio e resistente, dermatologicamente testado, elaborado com ingredientes suaves, sem álcool etílico, indicado para higiene de bebês. Produto com boa umectação e fácil manuseio, não irritante à pele. Embalagem plástica com sistema de abertura e fechamento adequado para conservação da umidade, contendo no mínimo 75 unidades. Na embalagem deverão constar informações do fabricante, composição, lote, data de fabricação e validade, conforme legislação vigente. Pacote.	R\$ 13,78	R\$ 1.791,40
10	130	MANTA PARA BEBÊ , confeccionada em microfibra de toque macio e confortável, com tratamento antialérgico e antiácara, proporcionando maior segurança e bem-estar ao usuário. Medidas aproximadas de 1,10 m x 0,90 m. Produto leve, de fácil higienização, com acabamento resistente e costuras reforçadas. Cores variadas em tons suaves, tais como rosa, azul, amarelo claro e verde claro, ou similares. Indicada para uso infantil. Unidade.	R\$ 27,05	R\$ 3.516,50
11	130	MEIA INFANTIL LISA PARA RECÉM-NASCIDO , com calcanhar verdadeiro, confeccionada em material macio, elástico e confortável, proporcionando ajuste adequado aos pés do bebê sem causar compressão excessiva. Tamanho indicado para recém-nascidos de 00 a 06 meses. Produto com acabamento reforçado, boa elasticidade e resistência ao uso e lavagens frequentes. Indicada para uso infantil. Par.	R\$ 3,89	R\$ 505,70
12	130	SABONETE INFANTIL , em barra, glicerinado, com formulação suave e pH adequado para a pele do bebê, dermatologicamente testado, hipoalergênico, indicado para uso infantil. Produto com fragrância suave, livre de componentes agressivos, proporcionando limpeza delicada sem ressecar a pele. Embalagem individual lacrada, contendo no mínimo 80 g, com identificação do fabricante, composição, lote, data de fabricação e validade, conforme legislação vigente. Unidade.	R\$ 5,62	R\$ 730,60
13	130	SHAMPOO INFANTIL , fórmula suave, neutra, hipoalergênica, indicada para uso infantil, dermatologicamente testado, com pH compatível com o couro cabeludo do bebê, proporcionando limpeza delicada sem irritar os olhos. Produto livre de substâncias agressivas, com fragrância suave. Embalagem contendo 200 ml, original do fabricante, lacrada, com identificação do produto, composição, lote, data de fabricação e prazo de validade, conforme legislação sanitária vigente. Unidade.	R\$ 15,24	R\$ 1.981,20
14	130	TOALHA DE BANHO COM CAPUZ PARA BEBÊ , confeccionada em tecido 100% algodão, com toque macio e confortável, dotada de capuz integrado. Parte interna com forro tipo fralda, antialérgico e altamente absorvente, proporcionando maior conforto e proteção ao bebê após o banho. Medidas mínimas de 70 cm x 90 cm. Produto com acabamento reforçado, costuras resistentes e adequado para uso infantil. Cores variadas em tons suaves, tais como rosa, azul, verde água e amarelo claro, ou similares. Unidade.	R\$ 29,92	R\$ 3.889,60
15	130	TRAVESSEIRO PARA BEBÊ , confeccionado com material macio e confortável, com enchimento 100% fibra, antialérgico, proporcionando suporte adequado e segurança durante o uso infantil. Produto leve, com acabamento resistente, costuras reforçadas e capa com tecido adequado para contato com a pele sensível do bebê. Indicada para uso infantil, com características que favoreçam higiene e fácil manutenção. Unidade.	R\$ 14,71	R\$ 1.912,30
16	130	KIT PARA BERÇO PADRÃO , composto por 01 lençol e 01 fronha de travesseiro, confeccionados em tecido 100% algodão, macio, confortável e adequado para uso infantil, hipoalergênico e de fácil higienização. Produtos com acabamento resistente e costuras reforçadas, proporcionando conforto e segurança ao bebê. Compatível com colchão de berço padrão infantil, com dimensões aproximadas de 1,30 m x 0,70 m. Kit.	R\$ 33,39	R\$ 4.340,70



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

17	130	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL , destinado à medição de temperatura corporal, com medição rápida e precisa, indicado para uso adulto e infantil. Equipamento portátil, com visor digital de fácil leitura, sinal sonoro ao final da medição e indicação de febre por alerta visual (quando aplicável). Possui memória da última medição, desligamento automático e resistência à água ou proteção para higienização. Ponta rígida, com capa protetora para armazenamento seguro. Faixa de medição aproximada entre 32°C e 42°C, com precisão adequada para uso clínico/doméstico. Alimentação por bateria tipo botão, inclusa ou equivalente. Produto acompanhado de instruções de uso em língua portuguesa. Unidade.	R\$ 27,03	R\$ 3.513,90
TOTAL				R\$ 51.855,70

5.2. Observações gerais:

5.2.1. Os materiais deverão ser fornecidos na forma de kits natalidade completos, montados e embalados individualmente em sacos plásticos transparentes, contendo conjuntamente todos os itens que compõem cada kit, prontos para conferência e distribuição às beneficiárias.

5.2.2. Todos os produtos deverão ser entregues em embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, íntegras e sem avarias, especialmente nos itens de higiene e cuidados pessoais, tais como shampoo, sabonete, lenço umedecido e similares.

5.2.3. Os produtos deverão apresentar todas as informações técnicas obrigatórias exigidas pela legislação aplicável, incluindo, quando cabível, identificação do fabricante, lote, data de fabricação, composição, prazo de validade e demais informações pertinentes.

5.2.4. Os itens de higiene, cosméticos e produtos correlatos deverão possuir validade mínima de 06 (seis) meses contados da data da entrega, bem como atender às especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, inclusive quanto às características de produto hipoalergênico e dermatologicamente testado, quando exigidas nas especificações técnicas.

5.2.5. Todos os materiais deverão atender integralmente às especificações, padrões mínimos de qualidade e demais requisitos técnicos previstos no quadro constante do item 5.1 deste documento.

6. DOS REQUISITOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DA DEMANDA.

6.1. Não serão aceitos produtos em desconformidade com as especificações técnicas, características, padrões mínimos de qualidade, quantidades e demais requisitos estabelecidos no quadro constante do item 5.1. deste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

6.2. A futura contratada deverá fornecer os produtos em conformidade com a legislação aplicável, observando as normas relativas à qualidade, segurança, acondicionamento, rotulagem, validade e demais exigências pertinentes aos materiais objeto da contratação.

6.3. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e jurídica, apresentando a documentação comprobatória sempre que exigido pela Administração, conforme disposições do edital e da legislação vigente.

6.4. O fornecimento deverá ocorrer nas condições, prazos, quantidades, local de entrega, critérios de recebimento e demais exigências estabelecidas no instrumento convocatório, Termo de Referência e instrumento contratual, observando os padrões de qualidade compatíveis com a natureza dos produtos adquiridos.

6.5. Os materiais deverão ser fornecidos na forma de kits natalidade completos, montados e embalados individualmente em sacos plásticos transparentes, contendo todos os itens especificados, prontos para conferência e distribuição às beneficiárias.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo de outras previstas no edital, Termo de Referência, instrumento contratual e legislação aplicável:

I – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, na forma, prazo e condições estabelecidos no instrumento contratual, após o recebimento do objeto, conferência da conformidade dos produtos e apresentação da documentação exigida;

II – Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao regular cumprimento das obrigações contratuais, prestando as informações, orientações e esclarecimentos pertinentes à execução do objeto;

III – Receber, conferir, acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos, verificando sua conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas no edital, Termo de Referência e contrato;

IV – Determinar a correção, substituição, complementação ou adequação dos produtos fornecidos sempre que constatadas irregularidades, desconformidades ou descumprimento das condições pactuadas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

V – Designar servidor(es) pertencente(s) ao quadro da Administração para atuar(em) na gestão e fiscalização da execução contratual, nos termos da legislação vigente;

VI – Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer ocorrências verificadas na execução do objeto, fixando prazo para regularização, quando necessário;

VII – Aplicar as penalidades previstas no edital, no instrumento contratual e na legislação aplicável, nos casos de inexecução total ou parcial, atraso, irregularidade ou descumprimento das obrigações assumidas;

VIII – Cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes do edital, do Termo de Referência, do contrato e demais normas aplicáveis à contratação pública.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais disposições previstas no edital, Termo de Referência, instrumento contratual e legislação aplicável:



- I** – Fornecer o objeto em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantidades, padrões mínimos de qualidade, prazos, condições de entrega e demais exigências estabelecidas no edital, Termo de Referência, contrato e proposta apresentada;
- II** – Fornecer os materiais na forma de **kits natalidade completos, montados e embalados individualmente em sacos plásticos transparentes**, contendo todos os itens especificados, devidamente acondicionados, prontos para conferência e distribuição às beneficiárias;
- III** – Responsabilizar-se integralmente pelos custos diretos e indiretos decorrentes da execução contratual, incluindo tributos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto contratado;
- IV** – Manter, durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, apresentando a documentação comprobatória sempre que solicitada pela Administração;
- V** – Garantir que os produtos fornecidos sejam novos, de primeiro uso, entregues em embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, íntegras, sem avarias e dentro dos prazos de validade exigidos, atendendo integralmente às especificações técnicas do Termo de Referência;
- VI** – Responsabilizar-se pela qualidade, integridade, transporte, acondicionamento e entrega dos produtos até o local indicado pela CONTRATANTE, sem ônus adicional à Administração;
- VII** – Reparar, substituir, complementar ou corrigir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, os produtos fornecidos em desacordo com as especificações contratuais, que apresentem defeitos, vícios, avarias, irregularidades, divergências quantitativas ou qualquer inconformidade identificada no recebimento ou durante a execução contratual;
- VIII** – Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto, sem prejuízo das demais responsabilidades legais e contratuais;
- IX** – Observar e cumprir a legislação aplicável, inclusive normas sanitárias, consumeristas, trabalhistas, previdenciárias, ambientais, de segurança e demais exigências incidentes sobre o objeto contratado;
- X** – Executar diretamente as obrigações assumidas, não sendo admitida subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto, salvo nas hipóteses expressamente previstas no edital e instrumento contratual.

9. LEVANTAMENTO DO MERCADO.

9.1. Para fins de definição da solução e estimativa do valor da contratação, foram realizadas pesquisas de preços por **item**, mediante consulta a **03 (três) sítios eletrônicos especializados e/ou de domínio amplo**, visando identificar valores compatíveis com os praticados no mercado para objetos de mesma natureza ou equivalentes.

9.2. Também foi realizada consulta junto a **fornecedor local**, cujos valores obtidos serão anexados ao processo administrativo para fins comprobatórios e de documentação da pesquisa realizada. Contudo, referidos valores não foram considerados na composição da média estimada, tendo em vista a constatação de preços significativamente elevados em determinados itens, comprometendo sua adequação como parâmetro de mercado para fins de formação do preço estimado da contratação.

9.3. A composição do valor estimado da contratação foi realizada exclusivamente com base nos preços obtidos por meio das pesquisas em sítios eletrônicos especializados e/ou de domínio amplo, mediante análise da compatibilidade das especificações técnicas, aderência ao objeto pretendido e razoabilidade dos valores praticados no mercado, observando-se os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e vantajosidade da contratação.

9.4. Embora a pesquisa de preços tenha sido realizada **por item**, a futura contratação será processada em **lote único**, considerando a necessidade operacional de fornecimento dos **kits natalidade completos, montados e embalados individualmente**, contendo conjuntamente todos os itens que compõem cada kit, de modo a garantir padronização, organização logística, conferência, qualidade do acondicionamento e maior eficiência na distribuição às beneficiárias.

9.5. A pesquisa de mercado resultou em **valor estimado total de R\$ 51.855,70 (cinquenta e um mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos)**, servindo como parâmetro para a composição do orçamento estimado da contratação.

9.6. As pesquisas realizadas, documentos comprobatórios e demais elementos utilizados na formação do valor estimado encontram-se devidamente anexados ao processo administrativo.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1. Considerando a natureza do objeto, a contratação **não será parcelada por itens**, sendo adotado o critério de julgamento por **lote único**, tendo em vista a necessidade de fornecimento dos **kits natalidade completos, montados e embalados individualmente**, contendo conjuntamente todos os itens que compõem cada kit.

10.2. A opção pelo não parcelamento mostra-se técnica e operacionalmente mais adequada, uma vez que a eventual contratação por itens distintos poderia resultar em fornecedores diversos, comprometendo a padronização dos kits, a compatibilidade entre os produtos, a organização logística, o controle do recebimento, a montagem, o acondicionamento e a distribuição às beneficiárias.

10.3. A adoção do lote único visa assegurar maior eficiência administrativa, uniformidade na execução do objeto, otimização da gestão contratual e adequada operacionalização do Benefício Eventual – Auxílio Natalidade, sem prejuízo à competitividade do certame, considerando a ampla disponibilidade de fornecedores aptos ao fornecimento integral do objeto no mercado.

10.4. Dessa forma, entende-se que o não parcelamento da contratação atende aos princípios da **economicidade, eficiência, planejamento, vantajosidade e interesse público**, mostrando-se a solução mais adequada para o atendimento da demanda apresentada.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTE

11.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes ao objeto contratado.



12. RESULTADOS PRETENDIDOS.

12.1. A presente contratação tem por objetivo assegurar a adequada execução do Benefício Eventual – Auxílio Natalidade, mediante o fornecimento de kits natalidade às gestantes e famílias em situação de vulnerabilidade social, cadastradas e/ou acompanhadas pela rede socioassistencial municipal, por meio dos Programas, Projetos, Serviços e Benefícios desenvolvidos no âmbito do CRAS.

12.2. Busca-se proporcionar às beneficiárias acesso a itens essenciais de vestuário, higiene, alimentação e cuidados básicos destinados ao recém-nascido, contribuindo para a redução das vulnerabilidades sociais decorrentes do nascimento, fortalecimento da proteção social básica, promoção da dignidade humana e apoio às famílias atendidas pela política municipal de assistência social.

12.3. Para a Administração Pública, pretende-se realizar contratação vantajosa, assegurando a aquisição do objeto com observância dos princípios da economicidade, eficiência, planejamento, qualidade e interesse público, mediante obtenção de produtos que atendam às especificações técnicas, padrões mínimos de qualidade e necessidades institucionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

12.4. Busca-se, ainda, garantir maior eficiência operacional na execução do benefício, mediante o fornecimento dos **kits completos, montados e embalados individualmente**, proporcionando padronização, agilidade na conferência, organização logística e adequada distribuição às beneficiárias.

13. PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

13.1. Não se verifica a necessidade de adoção de providências administrativas, estruturais ou operacionais adicionais previamente à celebração do contrato, considerando que o **Centro de Referência de Assistência Social – CRAS** do Município já dispõe de espaço adequado para o recebimento, conferência, acondicionamento e organização dos produtos objeto da contratação.

13.2. Os kits natalidade deverão ser entregues diretamente nas dependências do **CRAS do Município de Capitão Leônidas Marques/PR**, local que possui condições compatíveis para armazenamento temporário e posterior distribuição às beneficiárias do **Benefício Eventual – Auxílio Natalidade**.

13.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados por servidor(es) designado(s) pela Administração, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

14.1. Considerando a natureza do objeto, os impactos ambientais decorrentes da contratação são classificados como de baixa relevância, relacionados principalmente à utilização de embalagens, consumo de matérias-primas, logística de transporte e geração de resíduos provenientes dos produtos fornecidos.

14.2. A futura contratada deverá observar, sempre que aplicável e compatível com o objeto, critérios de sustentabilidade ambiental, incluindo:

I – utilização racional de matérias-primas, insumos e embalagens;

II – adoção de práticas voltadas à minimização da geração de resíduos e à destinação ambientalmente adequada dos resíduos eventualmente gerados;

III – fornecimento de produtos em conformidade com as normas aplicáveis de qualidade, segurança e sustentabilidade, quando exigíveis;

IV – preferência, sempre que possível, por materiais, produtos, tecnologias e processos produtivos que reduzam impactos ambientais;

V – adoção de práticas logísticas que contribuam para a otimização do transporte e redução da emissão de poluentes.

14.3. Sempre que cabível, poderão ser priorizados produtos que apresentem características compatíveis com boas práticas de sustentabilidade, sem prejuízo da competitividade, economicidade e atendimento integral às especificações técnicas da contratação.

14.4. A Administração incentivará a observância de práticas sustentáveis compatíveis com o objeto contratado, em consonância com os princípios da eficiência, responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável aplicáveis às contratações públicas.

15. MATRIZ DE RISCOS

15.1. Risco 01 – Licitação Deserta ou Fracassada

Probabilidade: Baixa.

Impacto: Alto.

Ação Preventiva:

Realizar ampla divulgação do certame, observando o princípio da publicidade e os meios oficiais de publicação previstos na legislação vigente, bem como elaborar estimativa de preços compatível com a realidade mercadológica, baseada em pesquisa de mercado atualizada, especificações claras e exigências proporcionais ao objeto contratado.

Ação de Contingência:

Promover revisão das condições do edital, das especificações técnicas, dos critérios de participação e da estimativa de preços, caso constatada necessidade, visando viabilizar nova contratação sem prejuízo ao atendimento da demanda administrativa.

15.2. Risco 02 – Atraso na Entrega dos Materiais/Kits Natalidade

Probabilidade: Média.

Impacto: Alto.

Ação Preventiva:

Estabelecer prazo de entrega adequado e compatível com a necessidade administrativa, prever cronograma de acompanhamento contratual, fiscalização do fornecimento e cláusulas contratuais contendo penalidades aplicáveis em caso de atraso injustificado.

Ação de Contingência:

Notificar formalmente a contratada para regularização imediata da obrigação, aplicar as medidas administrativas e sanções previstas no edital e contrato, bem como adotar as providências cabíveis para minimizar prejuízos ao atendimento das beneficiárias.

15.3. Risco 03 – Fornecimento de Produtos em Desconformidade com as Especificações Técnicas e/ou Prazo de Validade Exigido



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

Probabilidade: Baixa.

Impacto: Alto.

Ação Preventiva:

Estabelecer especificações técnicas claras e objetivas, requisitos mínimos de qualidade, exigência de validade mínima quando aplicável, bem como realizar conferência detalhada dos kits e dos respectivos itens no ato do recebimento.

Ação de Contingência:

Recusar os produtos em desconformidade e exigir da contratada a **substituição imediata**, sem ônus para a Administração, dos itens que apresentem irregularidades, vícios, avarias, incompatibilidade com as especificações ou prazo de validade inferior ao exigido.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

16.1. Com base nas informações levantadas, nas análises realizadas e nos elementos constantes neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida apresenta viabilidade técnica, operacional, socioeconômica e ambiental, mostrando-se adequada ao atendimento da necessidade administrativa identificada.

16.2. A solução proposta revela-se compatível com os objetivos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, atendendo às demandas relacionadas à execução do Benefício Eventual – Auxílio Natalidade, observados os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, interesse público e vantajosidade da contratação.

16.3. Diante do exposto, declara-se viável a contratação para aquisição dos kits natalidade, nos termos, condições, quantitativos e especificações definidos neste Estudo Técnico Preliminar e demais documentos que compõem a fase de planejamento da contratação.

17. ANEXOS

I - Termo de Referência;

II - Pesquisas de Preços

18. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP

Kauany Damião Gomes
Agente de Administração

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2026.

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(Uso obrigatório por todas as licitantes)

(Preferencialmente em papel timbrado da licitante)

[illegible]

1. Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas, bem como marca/modelo (se houver):

1.1. Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital, prevalecerá a descrição constante no Termo de Referência/Anexo I.

2. Preço para fornecimento do objeto da presente licitação (unitário e total devidamente especificados), com até duas casas decimais (0,00).

2.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,02(dois centavos)** para os itens nº 11 e 12; de **R\$0,10(dez centavos)** para os itens nº 2, 8, 9, 13 e 15; e de **R\$0,20(vinte centavos)** para os demais itens.

3. Prazo de validade da Proposta não inferior a 60 (SESENTA) dias, contados da data da abertura do Processo.

4. Prazo de entrega do objeto.

5. Data, Carimbo e assinatura do Representante Legal da proponente.

DECLARAÇÕES:

A - A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

B - A proponente declara que os produtos, estão devidamente registrados no órgão competente e atendem às normas de controle de qualidade.

C - A proponente declara que o preço proposto contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), incidentes sobre o objeto deste certame.

D - A proponente declara estar ciente que prevalecerá a descrição do objeto do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital, caso haja discordância com a do CATMAT.

Caso haja dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas por e-mail licitacaoclm@hotmail.com e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407, em horário de expediente (07:45 às 11:45 e 13:30 às 17:30).

....., de de 2026.

Nome/ cargo / assinatura do Representante Legal



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

ANEXO III

DECLARAÇÕES UNIFICADAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2026.

PROPONENTE.....

ENDEREÇO:

CNPJ/MF: FONE: (0xx.....)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura do Município de Capitão Leônidas Marques, que:

- a) **Não fomos declarados inidôneos** para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
- b) Estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
- c) Não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#).
- d) Não possuímos empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).
- e) **Não possuímos pessoas em nosso quadro societário (contrato social, estatuto social), impedidas de contratar com o Município de Capitão Leônidas Marques-PR** nos termos do artigo 130 da Lei Orgânica c/c com o artigo 14 da Lei 14.133/21 e PREJULGADO nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- f) Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) Estamos sob o **regime de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. **SIM () NÃO ()**.

....., de de 2026.

Assinatura e Identificação do Responsável Legal e da Empresa
RG/CPF:



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2026.

DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO

1 – DA EMPRESA PROPONENTE:

Nome empresarial _____

Rua _____ nº _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

CNPJ nº _____

Conta Corrente nº _____ Agência _____ Banco _____

Inscrição Estadual nº _____ Inscrição Municipal/ISS (alvará) nº _____

Telefone _____ Fax _____

Contador da empresa _____ Telefone _____

2 - DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome _____

Função _____

Data de Nascimento _____ Estado Civil _____

Escolaridade _____ RG nº _____ Órgão emissor _____

CPF _____

Rua _____ nº _____

Bairro _____ Complemento _____ Cidade _____

Estado _____ CEP _____ Telefone _____

Fax _____ Celular _____ E-mail _____

Local e data: ____/____/____/2026.

**Assinatura e Identificação do
Responsável Legal e da Empresa**



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

ANEXO V

CONTRATO DE xxxxxxxxxxxxxx N.º XXX/2026.

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2026.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **MAXWELL SCAPINI**, em pleno exercício de seu mandato e funções, e;

CONTRATADA: xxxxxxxxxxxxxx sita xxxxxxxx, xx, xxxxx, Município de xxxxxxxx, Estado xxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob n.º xxxxxxxxxxxxxx, neste ato devidamente representada por xxxxxxxxxxxx, portadora do CPF sob n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

- Pactuam o presente contrato, que se regerá pelo que dispõe o Edital em consideração, em conformidade com as disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

- Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: O Edital da Licitação; O Termo de Referência; O Estudo Técnico Preliminar, A Proposta do contratado; Eventuais anexos dos documentos supracitados.

- Será incorporada a este contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, qualquer modificação, que venha a ser necessária durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações, especificações, prazos ou normas gerais da CONTRATANTE.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem como objeto a aquisição de materiais para compor kits natalidade (enxoval de bebê) destinados à concessão do Benefício Eventual – Auxílio Natalidade às gestantes e famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, por meio do CRAS, em conformidade com a Lei Federal nº 8.742/1993 – LOAS, Lei Municipal nº 2.259/2017, que regulamenta o SUAS no âmbito municipal, e Resolução do CMAS referente aos benefícios eventuais, em atendimento a solicitação nº 171/2026 e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. Fica ajustado o valor total do presente Contrato em R\$ xxxxxxxx, para o fornecimento dos itens n.º xxxxxxxxxxxxxx.

2.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes do fornecimento do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.2. REAJUSTE:

2.2.1. Durante a vigência do Contrato, os valores registrados não serão reajustados.

2.2.2. Somente poderá haver reajuste após 12 (doze) meses da assinatura do contrato e /ou do último ajuste;

2.2.3. No caso de haver prorrogação de prazo, após doze meses, o reajuste poderá ser efetuado de acordo com as variações do IPCA –Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

2.2.4. Compete a Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pela Contratante, juntando-se o respectivo memorial de cálculo do reajuste.

2.2.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, e que possa ser aplicado ao objeto.

2.3. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

2.3.1. Para o restabelecimento da equação, deve a Contratada DEMONSTRAR a ocorrência das hipóteses que condicionam o pedido de ajuste, mediante protocolo, acompanhado de documentação idônea.

2.3.2. Não será liberado reequilíbrio econômico financeiro **decorrentes de inflação**, que não configurem área econômica extraordinária, **tampouco fato previsível**.

2.3.3. Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro de valores deverão ser encaminhados no e-mail compras@clm.pr.gov.br.

2.3.4. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE ENTREGA/FORMA DE FORNECIMENTO

3.1. Prazo de entrega:

3.1.1. Os **kits natalidade** deverão ser fornecidos conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, mediante solicitação formal emitida pelo **Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**, encaminhada por meio do endereço eletrônico oficial semas.clm@hotmail.com, podendo ocorrer solicitações em quantitativos variáveis durante a vigência contratual.

3.1.2. O prazo máximo para entrega será de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento da solicitação formal pela contratada.

3.1.3. Os materiais deverão ser fornecidos na forma de **kits completos, montados e embalados individualmente em sacos**



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

plásticos transparentes, contendo conjuntamente todos os itens especificados no Termo de Referência.

3.2. Local, horário e endereço de entrega:

3.2.1. Local de entrega:

Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

Avenida Tancredo Neves, nº 520, Centro

Capitão Leônidas Marques/PR — CEP: 85.790-007.

3.2.2. Horário para entrega:

Das **08h00 às 11h30** e das **13h30 às 17h00**, em dias úteis.

3.3. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados, em perfeitas condições de uso, observando integralmente as especificações técnicas, quantitativos, validade, qualidade e demais requisitos previstos no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA COMPENSAÇÃO E PENALIZAÇÃO

4.1. O Município de Capitão Leônidas Marques-PR, se compromete a efetuar o pagamento, conforme a entrega, em até 30 (trinta) dias de apresentação de nota fiscal no Departamento de Compras Municipal, identificada com o número da licitação e do contrato de fornecimento através de depósito bancário (Conta Jurídica).

A nota fiscal, deverá estar acompanhada das certidões negativas do FGTS, Trabalhista, Municipal e Federal "Unificada", devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento;

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Capitão Leônidas Marques, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.208.834/0001-59, com sede no Paço Municipal Arnaldo F. Busato, situado na Av. Tancredo Neves, 502, Centro.

A Contratada deverá encaminhar junto à Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta jurídica a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

A ser enviada física e por e-mail (compras2@clm.pr.gov.br).

4.1.1.A Retenção do Imposto de Renda ocorrerá na fonte, conforme NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO em atendimento a I.N nº 1234/2012 e I.N 2145/2023 e demais informações e obrigações instituídas por atos normativos – RFB- Receita Federal do Brasil (Art. 4º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);

4.1.2.Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na Instrução Normativa nº 1.234, de 2012 e suas alterações, da Receita Federal do Brasil, destacando o valor a ser retido, a título de informação, sob pena de não aceitação do documento apresentado; (Art. 3º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023)

§ 1º - Documentos fiscais que não estiverem em conformidade com disposto na Instrução Normativa nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 e alterações, serão notificados, não ocorrendo as devidas correções, fica autorizado a retenção automática, com base nos anexos que integram a I.N 1234/2012 e alterações.

4.1.3.As pessoas jurídicas não sujeitas as retenções conforme artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2145/2023 e demais Instruções complementares da RFB deverão informar conforme os critérios de enquadramentos. (Art. 2º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023)

4.1.4.O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

4.2.Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituída pela Lei Complementar 123/2006, deverá apresentar cópia autenticada do “Termo de Opção pelo Simples”, juntamente com a nota fiscal ou fatura. Não sendo optante, será efetuada a retenção na forma da Instrução Normativa IN RFB nº 1.234/2012 (e suas alterações, incluindo a IN RFB nº 2.145/2023).

4.3.Havendo atraso de pagamento dos créditos resultantes da prestação dos serviços, será acrescido ao valor da respectiva Nota Fiscal, o equivalente 0,1% (zero um por cento) por dia útil de atraso.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:

* 437 – 10.003.08.245.1031.2188.3.3.90.32.00.

CLÁUSULA SEXTA – ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. Fornecer o objeto em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantidades, padrões de qualidade, prazos, condições de entrega e demais exigências estabelecidas no edital, no Termo de Referência, no contrato e na proposta apresentada;

6.2. Fornecer os materiais na forma de kits natalidade completos, montados e embalados individualmente em sacos plásticos transparentes, contendo conjuntamente todos os itens especificados, devidamente acondicionados, prontos para conferência e distribuição;

6.3. Responsabilizar-se integralmente por todos os custos, tributos, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, securitários, fretes, transportes e demais despesas incidentes, direta ou indiretamente, sobre a execução do objeto contratado;



6.4. Manter, durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando a documentação comprobatória sempre que solicitada pela Administração;

6.5. Zelar pelo cumprimento da legislação aplicável, inclusive normas trabalhistas, previdenciárias, de segurança e medicina do trabalho, responsabilizando-se integralmente por seus empregados, prepostos ou terceiros eventualmente envolvidos na execução contratual;

6.6. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto, sem prejuízo das demais responsabilidades legais e contratuais;

6.7. Reparar, substituir, complementar ou corrigir, às suas expensas e no prazo estabelecido pela Administração, os produtos que apresentarem vícios, defeitos, avarias, prazo de validade inadequado, desconformidade com as especificações ou qualquer irregularidade constatada no recebimento ou durante a execução contratual;

6.8. Entregar os produtos em embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, íntegras, sem avarias e dentro dos prazos de validade exigidos, observando as especificações técnicas previstas no Termo de Referência;

6.9. Executar diretamente as obrigações assumidas, não sendo admitida subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto, salvo hipóteses expressamente previstas no edital e instrumento contratual;

6.10. Não empregar menores em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA SETIMA - ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma, prazo e condições estabelecidos no Termo de Referência, no edital e no instrumento contratual, após o recebimento e conferência dos produtos e da documentação exigida;

7.2. Proporcionar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato, fornecendo informações, orientações e esclarecimentos pertinentes ao objeto contratado;

7.3. Receber, conferir, acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos, verificando a conformidade dos kits natalidade com as especificações técnicas, quantitativos, qualidade, validade, acondicionamento e demais condições estabelecidas no edital, Termo de Referência, contrato e proposta apresentada;

7.4. Determinar a correção, substituição, complementação ou adequação dos produtos fornecidos sempre que constatadas irregularidades, desconformidades, vícios, defeitos ou descumprimento das condições pactuadas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

7.5. Designar servidor(es) pertencente(s) ao quadro da Administração para atuar(em) na gestão e fiscalização da execução contratual, nos termos da legislação vigente;

7.6. Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades verificadas na execução do objeto, estabelecendo prazo para saneamento, quando necessário;

7.7. Aplicar as penalidades previstas no edital, contrato e legislação aplicável nos casos de inexecução total ou parcial, atraso injustificado, irregularidade ou descumprimento das obrigações assumidas;

7.8. Cumprir e fazer cumprir as disposições constantes deste Termo de Referência, do edital, do contrato e demais normas aplicáveis à contratação.

CLÁUSULA OITAVA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

8.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato com base no Capítulo V da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Eventual prorrogação de vigência será formalizada através de Termo de Aditivo Contratual, respeitadas as condições prescritas em lei.

8.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de idoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA NONA - DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

9.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no Art. 137 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e demais pertinentes a espécie.



CLÁUSULA DECIMA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1.A recusa do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório, bem como, o atraso na entrega do produto, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida e permitirá, de conformidade com a legislação em vigor a aplicação das seguintes sanções pela Administração Municipal, garantido a prévia defesa:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Município de Capitão Leônidas Marques;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

10.1.1.A multa prevista acima será de 10% (dez por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

10.1.2. Quanto à suspensão temporária ou impedimento de licitar previsto acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.1.3.A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156 da referida lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

13.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e colaboradores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania irá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e as obrigações da contratada, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br - E-mail: pmcalema@caplmarques.com.br

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

14.3.A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade no serviço prestado.

14.4.Fica designado como Fiscal do Contrato, Kauany Damião Gomes, que irá acompanhar ou fiscalizar a execução do Contrato e as obrigações da Contratada, e poderá solicitar correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, deverão ser sanadas no prazo estipulado, sob pena de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas.

14.5.O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.6.Durante a vigência, esta contratação terá como gestor do contrato, Paula de Borba Julião, Secretária de Assistência Social e Cidadania, à qual compete administrar todo o contrato desde a sua assinatura até o encerramento com a entrega dos serviços e devido pagamento.

Gestor:

Nome: Paula de Borba Julião
Cargo: Secretária de Assistência Social e Cidadania
Matrícula: 124327-1
E-mail: licitacaoemasclm@gmail.com

Fiscal:

Nome: Kauany Damião Gomes
Cargo: Agente Administrativo
Matrícula: 1243811
E-mail: semas.clm@hotmail.com

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

15.1.Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1.Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – FORO

17.1.Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente contrato e que não seja dirimida por acordo, as partes se submetem, incondicional e irrevogavelmente, ao foro da cidade de Capitão Leônidas Marques - PR.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, lavra-se o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Local e data, de de 2026.

ASSINAM:

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: